provimento ao recurso, nos termos do voto do Des. André Ribeiro, vencido o Des. Relator que o provia. Designado para o acórdão o Des. André Ribeiro.

007. APELAÇÃO 0059043-89.2013.8.19.0038 Assunto: Defeito, nulidade ou anulação / Ato / Negócio Jurídico / Fatos Jurídicos / DIREITO CIVIL Origem: NOVA IGUACU 7 VARA CIVEL Ação: 0059043-89.2013.8.19.0038 Protocolo: 3204/2018.0055448 - APELANTE: AMAURY DE FREITAS FILHO ADVOGADO: PAULO ROBERTO DE CARVALHO GOMES OAB/RJ-097868 APELADO: ANTONIA SANTOS DO NASCIMENTO APELADO: JUVENAL BELMIRO DO NASCIMENTO ADVOGADO: JOSE CARLOS DE OLIVEIRA E SILVA OAB/RJ-060096 APELADO: CASARIO IMÓVEIS LTDA ME ADVOGADO: PAULO ROBERTO DE CARVALHO GOMES OAB/RJ-097868 **Relator: DES. REGINA LUCIA PASSOS** Ementa: A C Ó R D ã O Apelação cível. Ação indenizatória. Direito Civil. Promessa de compra e venda de imóvel. Resilição contratual. Arras penitenciais. Pretensão de devolução dos valores pagos à título de arras penitenciais. Redução. Possibilidade. Aplicação do artigo 413 do Código Civil. Compromissário vendedor e imobiliária. Sentença de parcial procedência. Manutenção. Não incidência do CDC. Negócio entabulado entre pessoas físicas, intermediado por pessoa jurídica do ramo imobiliário. Relação jurídica regida pelas normas do Código Civil. Inteligência do enunciado 57, do Aviso TJRJ nº 15/2015, segundo o qual "Compete às Câmaras Cíveis o julgamento de demandas que versem sobre contrato de compra e venda de imóvel firmado entre particulares, os quais não ostentam a qualidade de fornecedor e consumidor, ainda que tenha havido a intermediação de imobiliária na sua celebração". Entretanto, há incidência da Boa-fé objetiva, na forma do art.422 do CC/02. Parte ré que não apresenta documentação necessária à conclusão do negócio. Noutra giro, como a lide trata de direito obrigacional, desnecessária a outorga uxória, não havendo incidência do art. 10 do Código de Processo Civil. Devolução do valor pago a título de arras penitenciais. Vedação ao enriquecimento sem causa. Aplicação do Enunciado nº 165, da III Jornada de Direito Civil do Centro de Estudos Jurídicos do Conselho da Justiça Federal ("Em caso de penalidade, aplica-se a regra do art. 413 ao sinal, sejam as arras confirmatórias ou penitenciais."). Adoção de percentual de retenção razoável. Pedido de indenização por danos morais não apreciado. Error in procedendo. Possibilidade de julgamento pelo Tribunal na forma do art.1.013, III, do NCPC. Adoção da Teoria da Causa Madura. Desnecessidade de dilação probatória. Não ocorrência de lesões psíquicas. Improcedência deste pleito. Retificação, de ofício, do julgado quanto aos ônus sucumbenciais. Sucumbência mínima da parte autora. Aplicação do disposto no art.86, parágrafo único. Fixação de percentual de honorários na forma do art.85,§§2º e 11, do NCPC. Jurisprudência e precedentes citados: 0048515-15.2015.8.19.0203 - APELAÇÃO Des(a). LEILA MARIA RODRIGUES PINTO DE CARVALHO E ALBUQUERQUE - Julgamento: 11/12/2017 - VIGÉSIMA QUINTA CÂMARA CÍVEL; 0017444-14.2014.8.19.0208 - APELAÇÃO - Des (a). SÉRGIO SEABRA VARELLA - Julgamento: 19/10/2016 - VIGÉSIMA QUARTA CÂMARA CÍVEL CONSUMIDOR; 1041547-12.2011.8.19.0002 - APELAÇÃO 1ª Ementa Des(a). WERSON FRANCO PEREIRA RÊGO - Julgamento: 30/05/2017 - VIGÉSIMA QUINTA CÂMARA CÍVEL; REsp 677.117 /PR, Rel. Ministro NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 2/12/2004; AgRg nos EDcl no Ag 670.583/PR, Rel. Min. CASTRO FILHO, TERCEIRA TURMA, DJ 19/03/2007; ;0012350-53.2012.8.19.0209 - APELAÇÃO Des(a). NATACHA NASCIMENTO GOMES TOSTES GONÇALVES DE OLIVEIRA - Julgamento: 14/07/2016 - VIGÉSIMA SEXTA CÂMARA CÍVEL. DESPROVIMENTO DO RECURSO. RETIFICAÇÃO PARCIAL DO JULGADO, DE OFÍCIO. Conclusões: Por unanimidade, negou-se provimento ao recurso e, de ofício, retificou-se, em parte, a sentença, nos termos do voto da Desª. Relatora.

008. APELAÇÃO 0024875-44.2016.8.19.0042 Assunto: Revisão / Alimentos / Família / DIREITO CIVIL Origem: PETROPOLIS 1 VARA DE FAMILIA Ação: 0024875-44.2016.8.19.0042 Protocolo: 3204/2018.00452914 - APELANTE: SIGILOSO ADVOGADO: PATRICIA CATÃO RODRIGUES OAB/RJ-183411 APELADO: SIGILOSO ADVOGADO: BRUNA NETTO HENRIQUE OAB/RJ-199138 ADVOGADO: MÁRCIA CRISTINA SANTOS MONTEIRO OAB/RJ-199531 **Relator: DES. DENISE LEVY TREDLER** Funciona: Ministério Público Ementa: EM SEGREDO DE JUSTIÇA Conclusões: EM SEGREDO DE JUSTIÇA

009. APELAÇÃO 0006489-59.2016.8.19.0205 Assunto: Cobrança de Quantia Indevida / Responsabilidade do Fornecedor / DIREITO DO CONSUMIDOR Origem: CAMPO GRANDE REGIONAL 3 VARA CIVEL Ação: 0006489-59.2016.8.19.0205 Protocolo: 3204/2018.00583697 - APELANTE: THABATTA OLIVEIRA DE SOUZA ADVOGADO: ADEGINA DA SILVA OLIVEIRA OAB/RJ-077830 APELADO: CLARO S.A ADVOGADO: LUCAS MUYLAERT MARGEM OAB/RJ-149742 **Relator: DES. REGINA LUCIA PASSOS** Ementa: A C Ó R D ã O Apelação Cível. Relação de Consumo. Ação de Rescisão Contratual c/c Indenizatória. Serviço de TV a cabo e internet residencial. Adesão a promoção ofertada. Alegação de cobrança de valor a maior. Sentença de improcedência. Manutenção. Ausência de acervo probatório mínimo para trazer verossimilhança à alegada existência de benefício a ligações ilimitadas. Parte autora que, embora hipossuficiente, não está isenta de realizar prova mínima do que alega, nos termos do art. 373, I, do CPC/2015. Ausência de comprovação do Direito Constitutivo autoral. Mídia com a gravação telefônica a revelar a anuência do consumidor com os valores e observância ao Dever de Informação. Cumprimento do ônus do art.373,II, do NCPC pela parte ré. Incidência da Súmula nº 330 do TJRJ: "Os princípios facilitadores da defesa do consumidor em juízo, notadamente o da inversão do ônus da prova, não exonera o autor do ônus de fazer, a seu encargo, prova mínima do fato constitutivo do alegado direito." Falha na prestação do serviço não configurada. Majoração dos honorários sucumbenciais, na forma do art.85,§11, do NCPC. Jurisprudência e Precedentes citados: 0023536-49.2016.8.19.0204 - APELAÇÃO Des(a). REGINA LUCIA PASSOS - Julgamento: 02/10/2018 - VIGÉSIMA PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL; 0001060-69.2015.8.19.0004 - APELAÇÃO Des(a). ANDRE EMILIO RIBEIRO VON MELENTOVYTC - Julgamento: 11/09/2018 - VIGÉSIMA PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL APELAÇÃO CÍVEL; 0502652-37.2014.8.19.0001 - APELAÇÃO Des(a). MARIA REGINA FONSECA NOVA ALVES - Julgamento: 23/10/2018 - DÉCIMA QUINTA CÂMARA CÍVEL. DESPROVIMENTO DO RECURSO. Conclusões: Por unanimidade, negou-se provimento ao recurso, nos termos do voto da Desª. Relatora. OBS: Sustentou oralmente, pela Apelante, a Drª. Adegina da Silva Oliveira.

010. AGRAVO DE INSTRUMENTO - CÍVEL 0056038-03.2018.8.19.0000 Assunto: Fixação / Alimentos / Família / DIREITO CIVIL Origem: VOLTA REDONDA 3 VARA DE FAMILIA Ação: 0021851-62.2018.8.19.0066 Protocolo: 3204/2018.00573293 - AGTE: SIGILOSO ADVOGADO: JOSIENI DE ALMEIDA LIMA OAB/RJ-153082 ADVOGADO: TATIANA VALERIANO NOLLI OAB/RJ-133896 AGDO: SIGILOSO ADVOGADO: JÚLIA DO CARMO BOA MORTE OAB/RJ-169326 **Relator: DES. REGINA LUCIA PASSOS** Ementa: EM SEGREDO DE JUSTIÇA Conclusões: EM SEGREDO DE JUSTIÇA

011. APELAÇÃO 0170922-13.2016.8.19.0001 Assunto: Indenização Por Dano Moral - Outras / Indenização por Dano Moral / Responsabilidade do Fornecedor / DIREITO DO CONSUMIDOR Origem: CAPITAL 34 VARA CIVEL Ação: 0170922-13.2016.8.19.0001 Protocolo: 3204/2018.00627815 - APELANTE: IMPERIO ROMANO INCORPORADORA LTDA ADVOGADO: RODRIGO MATTAR COSTA ALVES DA SILVA OAB/RJ-107861 ADVOGADO: LUIZ RINALDO ZAMPONI FILHO OAB/RJ-145770 APELADO: AURELIO DE CARVALHO LESSA ADVOGADO: AGNALDO BARRETO DE SÁ JUNIOR OAB/RJ-131510 ADVOGADO: DANIEL VIEIRA REBELO RODRIGUES OAB/RJ-137591 **Relator: DES. REGINA LUCIA PASSOS** Ementa: A C Ó R D ã O Apelação Cível. Ação Indenizatória. Relação de Consumo. Contrato de compra e venda de imóvel. Alegação de atraso na entrega. Sentença de parcial procedência. Manutenção. Ausência de excludente de responsabilidade. Incidência da Teoria do Risco do Empreendimento. Consumidor que não pode assumir o